

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017 ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

ARTIGO

PELA MATERIALIDADE DOS GÊNEROS: REPENSANDO DICOTOMIAS, SEXUALIDADES E IDENTIDADES

Glauca Malerba Sene*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre categorias analíticas importantes da arqueologia de gênero desde 1980, relacionadas à questão das dicotomias, identidades e sexualidades, tendo a materialidade humana como personagem principal desse cenário científico. Não vislumbramos esgotar o assunto e resolver polêmicas, mas, com base em diferentes autores, propor novos olhares, de modo especial com respeito à visão binária de gênero dentro da análise e interpretação arqueológica. Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros implicaria observar que o polo masculino contém o feminino e vice-versa, além de perceber que cada um deles é internamente fragmentado, dividido.

Palavras-chave: Dicotomias; Identidades; Cultura Material.

ABSTRACT

The present article aims to reflections on the analytical categories of the important archaeology of the gender since 1980, related to the issue of the dichotomies, identities and sexualities, taking the materiality of the human as the main character of this scientific scenario. Do not expect to exhaust the subject, and resolve controversial, but based on different authors, to propose new perspectives, particularly with respect to the twofold vision of gender within the analysis and interpretation of archaeological. Deconstruct the polarity rigid of genders would observe that the polo masculine contains the feminine and vice-versa, in addition to realize that each of them is internally fragmented, divided.

Keywords: Dichotomies; Identities; Material Culture.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Departamento de Arqueologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, sala 9005B, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, tel.(21) 2334-1021. E-mail: gmalerba@hotmail.com.

Passados mais de trinta anos desde a primeira e emblemática publicação sobre o assunto nos Estados Unidos, denominada “*Archaeology and the study of gender*”, de autoria de Margareth Conkey e Janet Spector (1984), gostaria de reposicionar os holofotes na direção dessa vertente teórica, discutindo peremptoriamente a questão das dicotomias, identidades e sexualidades tendo a cultura material como personagem principal desse cenário científico.

Estudos de gênero com um perfil eminentemente acadêmico podem ser observados nos trabalhos de Margareth Mead, por volta dos anos 30 do século XX, no campo da Antropologia, cuja influência se faz presente até hoje dentro do que denominamos “construção social de gênero” (SEGATO, 1998).

Na esfera acadêmica, as críticas direcionaram-se incisivamente para a postura androcêntrica da sociedade, através de reflexões de autoras e autores das áreas de Antropologia, Sociologia, Filosofia, História e Ciências Naturais europeias e americanas. Destacam-se de modo especial os trabalhos e condutas de vida Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, na França (GILCHRIST, 1999).

Historicamente, as origens da arqueologia de gênero estão relacionadas a um momento denominado como “segunda onda feminista”, de espectro multidisciplinar, que emergiu no final da década de 1960, tendo como foco principal as questões de igualdade entre homens e mulheres, vinculada à sexualidade, reprodução e participação diferenciada nas esferas públicas e privadas. Nessa década, um pequeno número de arqueólogas da Escandinávia começou a demonstrar, então, quão ativo era o papel da mulher na pré-história, vinculando o estudo de gênero exclusivamente ao universo feminino (MILLER, 1993, GILCHRIST, 1999).

As primeiras indagações mais sólidas sobre a questão de gênero na arqueologia, no entanto, surgiram efetivamente nos anos 70, dada a crescente visibilidade alcançada por publicações de mulheres, ainda que exclusivamente comprometidas com a temática feminina. As abordagens reproduziam ainda o velho modelo baseado na dualidade corpo e alma, que, numa nova versão, continuaria inspirando a dicotomia de gênero, ou seja, homem versus mulher e posteriormente homem e mulher.

Sob a influência da teoria feminista, o gênero passa ser uma categoria conceitual e analítica central dentro de um processo dinâmico e histórico socialmente construído, tendo as mulheres como vozes principais e agentes ativos na coleta e produção de conhecimento (CONKEY, 1991).

Um importante direcionamento nos estudos de gênero só começou a ser feito a partir de década de 80, quando Joan Scott, historiadora norte-americana, escreve um artigo inquietante sobre gênero denominado “*Gender: a useful category of historical analysis*”. Um ponto importante da sua reflexão é a ideia de que é preciso *desconstruir* o “caráter permanente da oposição binária” masculino-feminino.

A terceira onda feminista, também denominada de movimento pós-modernista feminino ou simplesmente pós-feminismo, encetado na década de 80, particularmente influenciada pelos trabalhos de Michel Foucault, filósofo e psicólogo francês, serviu de palco para essas discussões. Seus estudos privilegiaram discussões sobre a complexidade e diferenças entre homens e mulheres, especificamente no que se refere à construção da subjetividade, às relações de poder e aos estudos de sexualidade, embasadas pelo relativismo cultural (GILCHRIST, 1999).

REPENSANDO AS DICOTOMIAS

Segundo Joan Scott (1986), é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros. Normalmente, concebe-se homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma

lógica invariável de dominação e submissão. Para Guacira Louro, seria indispensável catapultar essa lógica (LOURO, 1997: 30-31).

Lembro que esta polaridade de gênero tem estado invariavelmente presente em inúmeros e subsequentes estudos de caso em arqueologia ao longo dos anos, mas como romper com esse axioma?

Segundo o filósofo franco-argelino Jacques Derrida, “o pensamento moderno foi e é marcado pelas dicotomias (presença/ausência, teoria/prática, ciência/ideologia, entre outras). Nesse “jogo das dicotomias”, os dois polos diferem-se e se opõem e, aparentemente, cada um é uno e idêntico a si mesmo, no qual a superioridade é sempre do primeiro elemento” (LOURO, 1997: 31).

Aprendemos a pensar e a nos ver dentro dessa lógica, e abandoná-la, com certeza, não é tarefa simples. A proposição de desconstrução das dicotomias elaborada por Derrida (1978) perpassa a constituição de cada polo, demonstrando que cada um, na verdade, supõe e contém o outro. Assim, fica evidente que “cada polo não é uno, mas plural, pois cada qual é internamente fragmentado, dividido” (LOURO, 1997: 31). Essa tem sido, então, nossa estratégia teórica, embasada por Jacques Derrida (1978) e Guacira Louro (1997), na busca de subverter o pensamento binário de gênero na arqueologia.

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros implicaria observar que o polo masculino contém o feminino e vice-versa, além de perceber que cada um deles é sim internamente fragmentado, dividido. Afinal, não existe *a mulher*, mas há várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, e que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras (LOURO, 1997: 31-32).

Para Teresa Laurentis (1986:12), os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas indivíduos de várias classes, segmentos sociais, minorias, etnias, religiões, idades, marcados por relações de reciprocidade e antagonismos que podem provocar diversos arranjos e combinações, desmontando a noção reducionista de “homem dominante *versus* mulher dominada”. Por outro lado, “não custa reafirmar e ressaltar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 1997: 33-34).

Segundo Sérgio Silva, Viviane Castro & Danúbia Lima (2011: 60-61), as sociedades podem utilizar categorias múltiplas ou flexíveis de gênero, dentre elas, o feminino, masculino, neutro, terceiro gênero, ou outra classificação dinâmica que se mova dentro ou fora das identidades sexuais e de gênero.

Uma das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que se abre para a compreensão e inclusão das diferentes formas de feminilidade e masculinidade socialmente constituídas no passado. Neste sentido, “os estudos de gênero não devem consistir somente numa divisão feminino-masculino, mas devem incluir outros aspectos: pensar gênero como um princípio estruturador, multidimensional” (IBARRA, 2011:76)

Com o avanço dos estudos multidisciplinares de gênero, fica evidente que a construção binária homem-mulher, como padrão analítico e interpretativo, não é verdadeira nem tão pouco, a mais adequada para a arqueologia, pois não dá conta de todas as *performances*¹ individuais dentro de uma intensa complexidade social. Assim,

¹ Os conceitos de performance e performatividade estão presentes na obra de Judith Butler desde seus primeiros trabalhos, na década de 90. Inspirada pelas ideias do filósofo John Austin, ela propõe a ideia de gênero como performativo, uma vez que ultrapassa os limites dos binarismos tradicionais (sexo/gênero, corpo/mente) (BUTLER, 1993). Para Edelcio Mostaço (2012), a performatividade relaciona-se ao próprio fazer da performance, ou seja, indica todo o saber nela empregado, aquilo que a conforma ser o que é.

temos buscado suplantar vigorosamente essa fórmula dicotômica para análise e interpretação no âmbito da arqueologia de gênero.

O principal parâmetro da arqueologia de gênero foi inicialmente definido a partir da distinção entre sexo e gênero. O Sexo, feminino ou masculino, seria biologicamente determinado, com base nos cromossomos, hormônios, aparência genital e porções ósseas específicas. Já o Gênero, homem ou mulher, seria visto como uma construção social, pois envolve o desempenho de papéis sociais na sociedade. Marie Louise Sorensen (2000) acrescenta que tal distinção entre sexo e gênero ainda continua sendo o ponto central da arqueologia de gênero, influenciando profundamente nossa compreensão sobre a natureza do sexo e seu papel social.

O fato de compartilharmos determinados atributos biológicos, como a capacidade de gerar, por exemplo, não esgota as múltiplas posições que os sujeitos-mulheres assumem nas relações sociais, quando se relaciona gênero à orientação sexual, à etnia, ao nível educacional, à religião, às culturas nacionais e locais, fazendo ecoar a ideia de interseccionalidade da teoria feminista (CRENSHAW, 1989, 1991; OLIVEIRA, 2006; DAVIS, 2008). Por outro lado, os sujeitos-homens apenas recentemente têm sido tema dos estudos de gênero em arqueologia, tendo como ênfase o processo de construção das masculinidades. Segundo Benjamin Alberti (2006: 401), “os homens têm sido historicamente mais visíveis, mas seus gêneros não”. É necessário investigar as formas como os homens são socialmente construídos, ou mesmo que ideologias da masculinidade foram representadas na cultura material (VOSS, 2006). Recentes estudos têm demonstrado a pluralidade de masculinidades e as diversas formas de identidade masculina (ALBERTI, 2006; CAESAR, 1999; KNAPP, 1998a; HARRISON, 2002; PETERSEN, 2003; HADLEY, 2008; MARDAS, 2016).

Apela-se, outrossim, para leituras críticas da construção das masculinidades, a fim de que posturas antiessencialistas funcionem em ambos os sentidos, tendo em vista não só as representações de identidades femininas, mas, também, as masculinas, sem privilegiar uma visão unilateral de masculinidade hegemônica uniforme e contínua em tempos e espaços distintos (KNAPP, 1998a, 1998b; CORNWALL & LINDISFARNE, 1994, GOMES, 2015).

O avanço das reflexões sobre gênero tem revelado que o sexo também é uma construção social, uma vez que seus pressupostos biológicos são definições culturais específicas, criadas através de práticas culturais particulares. Nós criamos a noção do sexo, pois são os seres humanos que escolhem quais aspectos biológicos ou anatômicos vão servir para dividir as pessoas em grupos e classificações. Trata-se, pois, mais de uma representação que uma verdade universal (NORDBLADH & YATES, 1990; MESKELL, 1996, 1998; JOYCE, 2000; SOFAER, 2006, BUTLER, 2008; VOSS, 2006).

Então, pode-se dizer que sexo e gênero são socialmente construídos e por ser similarmente constituídos, isto não significa que eles são necessariamente a mesma coisa... Isto demonstra que os corpos são sexualmente diferentes e que a sociedade os reconhece como tal... Veem os corpos como variações de macho e fêmea (GATENS, 1996).

GÊNERO E SEXUALIDADE

É mister ressaltar que grande parte das reflexões sobre gênero também perpassa em algum momento e de alguma maneira por questões relacionadas à sexualidade. Neste sentido, é importante tentarmos estabelecer algumas distinções entre gênero e sexualidade, bem como entre identidades de gênero e identidades sexuais com base multidisciplinar (LOURO, 1997).

Apesar do forte impulso aos estudos de sexualidade ter ocorrido na década de 70, somente nos anos 80 novas formas de investigações relacionadas à teoria da construção social ganharam força. Com fortes vínculos com a fenomenologia de Alfred Schultz (1972), tal teoria define que a sociedade é um conjunto de pessoas que agem no mundo e suas ações tem sentido, e só o entendimento desse significado nos conduzirá à compreensão da agência dos sujeitos.

Segundo Barbara Voss (2000), a emergência de minorias sexuais a partir da década de 90, identificadas com *queer*, foi fundamental para a consolidação e integração dos estudos de gênero e sexualidade, mostrando inquestionavelmente sua aplicabilidade nas pesquisas arqueológicas.

Mas o que é sexualidade? Segundo María Shadow & Míriam Hernández (2009:78), “sexualidade é um conjunto de atitudes, práticas, hábitos e discursos que cada sociedade, em um tempo e espaço determinados, construído de maneira coletiva em torno da reprodução, dos desejos e das relações eróticas”.

A sexualidade está presente em todos os âmbitos da vida e corresponde a um dos elementos que configuram uma cultura, determinando também a identidade dos sujeitos, suas *performances* e seu lugar no mundo. Ela agrupa, inclui e exclui, permite e proíbe o acesso dos sujeitos ao poder e ao prazer, por estar inter-relacionada à subsistência, à hierarquia e ao gênero através do corpo (SHADOW & HÉRNANDEZ, 2009).

Do ponto de vista de Michael Foucault (1981), é fundamental não confundir o sexo com a forma pela qual cada indivíduo expressa sua sexualidade dentro de uma dada sociedade. É preciso compreender a sexualidade como uma construção social, uma vez que as *identidades sexuais* se constituiriam através das formas como os sujeitos vivem sua sexualidade. Por outro lado, eles também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos (ou outros) e assim constroem suas *identidades de gênero*. O que importa, então, é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas (LOURO, 1997).

A investigação de sexualidade em arqueologia deve deter-se a priori às especificidades do sítio estudado, tendo como base a evidência (a cultura material), o singular (o indivíduo), a diacronia (o tempo) e a sincronia (o espaço). Neste sentido, alguns contextos e materialidades apresentam pistas para o estudo da sexualidade: pinturas rupestres, estruturas funerárias, estatuetas e vasilhames cerâmicos, entre outros.

Segundo Barbara Voss (2000, 2006), a arqueologia histórica tem apresentado os melhores resultados na inserção da sexualidade como campo de investigação de modo especial, unindo indiscutivelmente materialidade e práticas sexuais por meio de análises arquitetônicas (unidades domésticas, monastérios, conventos, bordeis, prisões), práticas mágicas, comportamento religioso, prostituição e homossexualidade.

EM BUSCA DAS IDENTIDADES

Desde 1960, tem sido amplamente aceito nas ciências sociais que as identidades são social e politicamente negociadas. Neste sentido, devemos considerar identidade (social, cultural, pessoal) por meio das relações entre diferentes aspectos: gênero, etnicidade e personalidade.

Para Guacira Louro (1997), é preciso entender o gênero como parte da *identidade* dos sujeitos. Sujeitos que têm identidades plurais, múltiplas, em constante transformação, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito, bem como a etnia, a classe, a nacionalidade, entre outros, pretende-se fazer referência a algo que

transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o.

As identidades de gênero também estão em processo contínuo e ininterrupto de construção e transformação. Os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos ou outros, desde o nascimento até a senilidade, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. “Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, mas também por meio da articulação com as histórias pessoais e com as identidades sexuais, étnicas, de classe” (LOURO, 1997: 27-28).

A identidade está intrinsecamente relacionada à ideia de pertencimento. Através dela, nós nos reconhecemos e somos reconhecidos pelos outros por estarmos vinculados a certos grupos e não a outros. Identidade, então, não é uma coisa estática, mas um processo contínuo. As identidades são construídas através da interação entre pessoas, e o processo pelo qual nós adquirimos e mantemos nossas identidades requer escolha e agência. Através da agência nós definimos quem nós somos (DIÁZ-ANDREAU *et al*, 2005: 1-2).

O papel ativo dos indivíduos conduz a identidades que são históricas, fluidas e sujeitas à mudança contínua. Podem ser híbridas ou múltiplas, e a interseção entre diferentes tipos de identidades é um dos aspectos mais enriquecedores desse novo campo de estudo (DIÁZ-ANDREAU *et al*, 2005).

Muitas análises arqueológicas de identidade têm sido mapeadas e, na grande maioria, estão centradas na interseccionalidade². No entanto, há um movimento crescente buscando estudar identidade, articulando e relacionando cada um deles, pois todos devem ser simultaneamente levados em consideração. As pesquisas arqueológicas de gênero têm demonstrado que as identidades de gênero são duplamente formadas tanto pelas práticas cotidianas quanto pelas forças institucionais. (VOSS, 2006, DIÁZ-ANDREAU *et al*, 2005).

Vale ressaltar que homens e mulheres plurais, através das mais diferentes práticas sociais, mantêm relações através das quais há constantemente negociações, avanços, recuos, compartilhamentos, rompimentos e alianças. Como num jogo, homens e mulheres estão sempre em atividade nos mais diferentes contextos sociais, sem que haja por antecipação e para sempre um vencedor. Assim, no exercício e nas manobras do poder é inerente a existência de uma multiplicidade de pontos de resistência (LOURO, 1997: 39-40).

GÊNERO EM TEORIA

O papel da arqueologia de gênero dentro do desenvolvimento geral da teoria e dos métodos de análise e interpretação arqueológicos tem se fortalecido ao longo do tempo, ainda que sem o mesmo vigor das décadas de 80 e 90 do século XX, que encetaram contundentes críticas feministas à invisibilidade da mulher na história.

No início dos anos 90, Ericka Engelstad (1991:116-19) faz uma profunda crítica àquilo que os pós-processualistas, especificamente os homens, teorizavam com relação a gênero, considerando a total incompreensão da temática de gênero por parte deles, no que tange ao seu papel primordial na estruturação dos indivíduos, da cultura e da sociedade.

² Segundo Oliveira (2006:66), “quando falamos de interseccionalidade, estamos nos referindo à forma como, na constituição da subjetividade e da identidade dos sujeitos, diversas categorias como raça, classe, gênero, religião, idade, orientação sexual, entre tantas, se cruzam produzindo formas particulares de opressão ou privilégio. A interseção é responsável pela formação de um sujeito específico e, conseqüentemente, de determinados lugares sociais, de formas de ser e estar no mundo e relações interpessoais”.

A arqueologia de gênero não é necessariamente um projeto feminista ou pós-processualista; está igualmente interessada no processualismo e nos estudos de masculinidades, feitos por homens, ou de homens. Arqueologia de gênero provará ser não mais que uma quimera, se meramente reordenar o sujeito dominante tanto feminino quanto masculino (GILCHRIST, 1999: 30).

A arqueologia de gênero é, antes de tudo, uma proposta política, mais que uma proposição meramente temática, que está de portas abertas para diferentes enfoques teóricos (HAYS-GILPIN, WHITLEY, 1998; BERNAL, 2011).

Se o pós-processualismo estimulou o tratamento dessas novas questões e se há uma conexão histórica entre ambos, esses trabalhos não devem ser necessariamente considerados pós-processualistas, porquanto abraçam uma ampla diversidade de perspectivas teórico-metodológicas, não forçosamente pós-processuais... Não há uma arqueologia de gênero, mas “arqueologias” de gênero, todas elas empenhadas em investigar como foram construídas essas hierarquias através do tempo (ANDRADE LIMA, 2003: 135).

Um ajuste fundamental no estudo de gênero em arqueologia, com enfoque em individualidade, complementaridade, reciprocidade, diversidade e simbolismo, tem sido observado a partir do final dos anos 90, colocando definitivamente a perspectiva binária no ostracismo.

Gênero e relações de gênero são um processo - alguns chamam isto de *performance* - que indivíduos desempenham de diferentes formas em diferentes períodos de suas vidas, com diferentes indivíduos de seu próprio gênero ou de outros, e de diferentes formas em diferentes contextos (GERO & SCATTOLIN, 2002:160).

Questões relacionadas aos papéis sociais de homens e mulheres, aos ciclos de vida dos indivíduos (infância, adolescência, maturidade e senilidade), à diversidade e à dinâmica de gênero na formação de sistemas culturais, construção de identidades, embelezamento e ornamentação têm sido alguns dos enfoques escolhidos recentemente (GILCHRIST, 1999, NELSON *et al*, 1994, SMITH, 1991, NELSON, 2006, ARNOLD & WICKER, 2001).

Como falamos de gênero e minorias, não consideramos apenas as mulheres, mas os homossexuais, bissexuais, (PASZTORY, 1976), além dos anciãos e das crianças.

Segundo Joanna Sofaer (2006: 195), a criança, de modo especial, pode ser considerada como a “tábua rasa cultural” que vai gradativamente desenvolvendo a consciência da identidade, ideologia e papel social. Até dois anos de idade, encontra-se num estágio denominado de identidade de gênero, movendo-se para uma etapa de estabilidade entre três e quatro anos; aos cinco, atinge o que os antropólogos chamam de constância de gênero. Muitos exemplos etnográficos e estudos etnoarqueológicos assinalam que a criança já começa muito cedo a se engajar em atividades específicas dentro de um processo marcado por períodos de dependência materna, imitação e aprendizado formal.

Autores têm apresentado diferentes reflexões a respeito das crianças no contexto arqueológico e todos consensualmente consideram as crianças como “atores culturais”, capazes de tomar decisões importantes para o seu próprio bem-estar e de contribuir efetivamente com suas famílias, comunidades e sociedades. Ademais, os estudos de arqueologia da infância não devem perder de vista que elas mantêm relações com os outros e com o mundo ao seu redor como parte de um processo dialético de ensino e aprendizagem, fundamental no desenvolvimento, na manutenção e evolução de outras categorias tais como gênero e etnicidade (SOFAER, 1994, BAXTER, 2005).

Do ponto de vista histórico, destacam duas importantes compilações que tratam da infância. A primeira e mais conhecida é a de Philippe Ariés, denominada “História social da criança e da família”, que aponta o reconhecimento da infância apenas no século XVIII por influência da igreja católica. Neste período, o sentimento de infância coincide com a valorização da família como base da sociedade, e criança passou a ter um *status* de indivíduo, fazia parte de uma coletividade e tinha um mundo próprio, não sendo mais considerada como um adulto em miniatura da Idade Média. Segundo Mariane R. Niehues & Marli O. Costa (2012), as crianças passaram a “ter vez e voz”.

A segunda obra referencial sobre o tema é “A história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente”, de autoria de Colin Heywood, que apresenta uma síntese mais atualizada e consistente sobre as crianças a partir da Idade Média, discutindo as relações familiares, as etapas de crescimento, bem como as condições de saúde, a participação no trabalho e as atividades de educação e ensino até o início do século XX.

Por se tratar de um estudo que requer um conhecimento de categorias mentais e de formas de interação social, não é direta ou facilmente perceptível no registro arqueológico. Por conseguinte, requer também contextos consistentes e um maior refinamento das técnicas de interpretação simbólica, para que se possa compreender, em toda a sua amplitude e complexidade, o papel da cultura material nas construções de gênero e na negociação do seu significado (ANDRADE LIMA, 2003: 130).

GÊNERO E CULTURA MATERIAL

Com base nos remanescentes materiais, o trabalho do arqueólogo é reconstruir as sociedades passadas (MILLER, 2003:412). Os objetos de um contexto arqueológico estão intimamente relacionados entre si e possuem significado, independente de seu tamanho, forma ou qualidade.

Mais que passivos portadores de significado, o objeto material está ativo através de um processo cognitivo e estrutura a natureza da experiência humana... As construções de gênero são criadas, ordenadas e perpetuadas em relação à cultura material cujos padrões ajudam a criar noções de identidade (LESICK, 1997:38-9).

Com o advento da arqueologia de gênero, os objetos passaram a ser percebidos como produtos da diferença que fornecem informações primordiais sobre a construção e a dinâmica de gênero (SORENSEN, 2000, HÉRNANDEZ, 2011).

A cultura material não é apenas a fonte para representações de gênero, mas está por si só relacionada à construção de gênero em diferentes níveis... Nós deveríamos pensar cultura material como elemento de criação e de resistência, qualidades fundamentais para a construção e experiência de gênero (SORENSEN, 2006: 105).

As práticas pelas quais pessoas fazem, vivem e usam as coisas caracterizam um processo de “objetificação”, que é ao mesmo tempo um processo de personificação. Neste sentido, pessoas são indivíduos e estes são pessoas por direito, mas, operando sob os auspícios da antropologia, sociologia e arqueologia, vale lembrar que, analiticamente, a individualidade é um aspecto da personalidade, da mesma forma que ser biologicamente mulher, por exemplo, é uma das feições de gênero de uma pessoa (FOWLER, 2010: 360-368).

Como as pessoas são, então, compostas de qualidades, tal como a individualidade, algumas delas são reconhecidas nos objetos e lugares. Os objetos incorporam, assim, ideias e significados, e as identidades das pessoas são modeladas quando os indivíduos

produzem, experienciam, trocam e utilizam esses objetos (CHAPMAN, 1996, MILLER, 1987, TILLEY, 2006, FOWLER, 2010).

Segundo Alfred Gell (1998), a individualidade e o autobenefício são os maiores responsáveis pela maneira como as identidades são negociadas, lembrando, contudo, que as relações entre personalidade e materialidade são culturalmente variáveis, ainda que certos princípios sejam recorrentes em diferentes contextos.

Pela teoria da agência, pessoas e coisas são mutuamente afetadas pelas ações, repetições, relações, interações e ordenações culturais. As identidades são assim formadas e consubstanciadas nos corpos e reproduzidas nos objetos, nas construções e nas paisagens (BOURDIEU, 1977). Os arqueólogos, no entanto, não recuperam os remanescentes materiais de identidades passadas por completo, mas as evidências da maneira como as pessoas manipularam os processos e as estratégias de negociação de suas identidades em diferentes contextos (FOWLER, 2010: 362).

A cultura material é central nos discursos sobre identidade bem como um meio de performance e legitimação do poder. Através dos corpos, objetos e das atividades a eles relacionadas, emergem dinâmicas de gêneros por estarem inequivocamente vinculadas a contextos de significados e de ações. Neste sentido, há de se destacar a materialidade dos corpos como produto de relações sociais, nas quais as tradições, as práticas cotidianas, as ações, os valores e as performances são resultado da plasticidade corporal (SOFAER, 2006, SORENSEN, 2006: 125-127).

A arqueologia histórica tem se mostrado um campo mais fértil para reflexões de gênero, identidade e sexualidade que a pré-história. No primeiro contexto, parece-nos mais acessível a associação entre gênero, cultura material e dinâmicas sociais, especialmente com base nos artefatos cotidianos, habituais, que expressam intensas ações, ainda que, em um primeiro momento, não despertem muita atenção (BOURDIEU, 1977, MILLER, 2003). Por outro lado, é necessário que o pesquisador esteja atento ao que Daniel Miller (2003) chamou de “significados presumidos”, haja vista que os artefatos expressam uma multiplicidade de significados e identidades. Nos contextos pré-históricos brasileiros, de modo especial os mais antigos, as observações de gênero não são detectáveis com facilidade, não somente pela natureza dos registros, mas, também, pela nossa incapacidade criar e implementar métodos e técnicas eficientes até o momento, capazes de analisá-las e interpretá-las.

REFLEXÕES FINAIS

O estudo de gênero apresenta um grande potencial teórico-metodológico aplicável às pesquisas arqueológicas históricas e pré-históricas e pode ser considerado como uma das mais significativas mudanças na disciplina nos últimos 20 anos. Não se trata, contudo, de uma nova e da mais simples perspectiva de análise e interpretação em arqueologia, mas de um enfoque teórico que pretende dar visibilidade aos diversos gêneros do contexto arqueológico, completamente desprezados pelo paradigma androcêntrico. Na Figura 1, vê-se a composição étnica do Brasil no século XIX, em que chamamos a atenção para pluralidade e complexidade das construções sociais de gênero.

Figura 1 – Alguns brasileiros do século XIX: diferentes etnias, identidades e sexualidades.
 Fonte: Ermakoff, 2006; Lago, 2005; Vasquez, 2003.



É mister lembrar que tal estudo em arqueologia, com laços inequívocos com a materialidade, apresenta limitações contextuais que precisam ser cotejadas e respeitadas para que as interpretações não transcendam o nível científico e fiquem raízes na especulação. Se nossa escolha é pelo campo de investigação da arqueologia, por conseguinte pela cultura material e por contextos consistentes, vale ressaltar que a análise e interpretação de gêneros não podem ser capitaneadas por classificações de identidades e sexualidades da atualidade, uma correlação que pode comprometer validade de todo o processo.

Não podemos nos entrenchear exclusivamente em estereótipos e paradigmas do presente para interpretar o passado. As reflexões afinadas com os contextos político-ideológicos e com as militâncias de gêneros fazem parte do processo, mas não são seus exclusivos definidores. Nosso processo de interpretação de gêneros, identidades e sexualidades em arqueologia deve ser marcado por intensa relativização sem perder de vista que sua base *sine qua non* é a cultura material. É através dela que mensagens sociais complexas relacionadas às identidades de gênero são comunicadas e compreendidas pelos atores sociais do passado.

A reorientação do foco analítico vislumbrado pela arqueologia de gênero nas últimas duas décadas, alinhado a concepções e interpretações plurais, com ênfase em microescalas espaciais (p.ex., unidades domésticas), contrapôs-se peremptoriamente aos discursos tradicionais voltados para o cenário público, permitindo que identidades sexuais e de gênero, comportamentos e agências individuais fossem desveladas (GOMES, 2015).

É importante ressaltar ainda que as mais recentes diretrizes para a pesquisa arqueológica de gênero apontam para um estudo não apenas relacionado aos papéis sociais de mulheres, mas, também, de homens e outros (sempre que possível), numa estreita relação de complementaridade e reciprocidade com enfoque PLURAL, lembrando sempre que papéis, identidades e sexualidades alteram-se ao longo do tempo e do espaço.

Parafraseando Stephen Bernal (2011), acreditamos que a arqueologia de gênero deixou de ser um modismo acadêmico para converter-se numa ferramenta heurística imprescindível na *praxis* arqueológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁRIES, Philippe. 1981. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- ALBERTI, Benjamin. 2006. Archaeology, men, and masculinities. In: NELSON, Sarah M. (ed.). *Handbook of gender in archaeology*. Lanham: Altamira Press.
- ANDRADE LIMA, Tania. 2003. Estudos de gênero na arqueologia brasileira: por que não? *Habitus*, Goiânia, 1(1):103-128.
- ARNOLD, Bettina, WICKER, Nancy (ed.). 2001. *Gender and the archaeology of death*. Lanham: Altamira Press.
- BAXTER, Eva Jane. 2005. *The archaeology of childhood: children, gender, and material culture*. Walnut Creek, CA: Altamira Press.
- BERNAL, Stephen Castillo. 2011. No a las “etiquetas teóricas”. La inserción de los estudios de género em la práctica arqueológica. In: HÉRNANDEZ, Míriam L., SHADOW, María J. R. (eds.). *Género y sexualidade nel Mexico Antigo*. Puebla, Mexico: Centro de Estudios de Antropología de la Mujer, pp.15-34.
- BOURDIEU, Pierre. 1977. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUTLER, Judith. 2008. *El género em disputa*. El feminismo y la subversión de la identidad. Traducción Maria Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós.
- BUTLER, Judith. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Nova York e Londres: Routledge.
- CAESAR, Camilla. 1999. The construction of masculinity — The driving force of history: a new way of understanding change in the past. *Lund Archaeological Review*, 5:117-136.
- CHAPMAN, John. 1996. Enchainment, commodification, and gender in the Balkan Copper Age. *Journal of European Archaeology*, (4):203-242.
- CONKEY, Margaret W. 1991. Does it make a difference? Feminist thinking and archaeologies of gender. In: WALDE, Dale, WILLOWS, Noreen D.(ed.). *The archaeology of gender: proceedings of the twenty-second annual conference of the Archaeological Association of the University of Calgary*. Calgary: Archaeological Association of the University of Calgary, pp.24-33.
- CONKEY, Margaret W., SPECTOR, Janet. 1984. Archaeology and the study of gender. In: SCHIFFER, M. B. (ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, (7):1-38.
- CORNWALL, Andrea, LINDISFARNE, Nancy (eds). 1994. *Dislocating masculinity: comparative ethnographies*. London: Routledge.
- CRENSHAW, Kimberly. 1991. Mapping margins: interseccionalidad, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 6 (43):1241-1299.
- CRENSHAW, Kimberly. 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, (14):538-554.
- DAVIS, Kathy. 2008. Interseccionalidad as buzzword: a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1):67-85.
- DERRIDA, Jacques. 1978. *Writing and Difference*. Chicago: University of Chicago Press.
- DÍAZ-ANDREAU, Margarita, LUCY, Sam, BABIC, Stasa, EDWARDS, David N. 2005. *The archaeology of identity: approaches to gender, age, status, ethnicity and religion*. London: Routledge. 171pp.
- ENGELSTAD, Ericka. Feminist theory and postprocessual archaeology.1991.In: WALDE, Dale, WILLOWS, Noreen D.(ed.). *The archaeology of gender: proceedings of the twenty-second annual conference of the Archaeological Association of the University of Calgary*. Calgary: Archaeological Association of the University of Calgary, pp.116-120.
- ERMAKOFF, George. 2006. *Rio de Janeiro – 1840–190:uma crônica fotográfica*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial.
- FOUCAULT, Michael. 1981. *The history of sexuality*. Harmondsworth: Penguin.
- FOWLER, Chris. 2010. From identity and material culture to personhood and materiality. In: HICKS, Dan, BEAUDRY, Mary C. *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford: Oxford University Press, pp.352-405.

- GATENS, Moira. 1996. *The imaginary body*. London: Routledge.
- GELL, Alfred. 1998. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Claredon.
- GERO, Joan M., SCATTOLIN, M. C. 2002. Beyond complementarity and hierarchy: new definitions for archaeological gender relations. In: NELSON, Sarah M., ROSEN-AYALON, Myriam. *In pursuit of gender: worldwide archaeological approaches*. Walnut Creek, CA: Altamira Press, pp.155-172.
- GILCHRIST, Roberta. 1999. *Gender and archaeology*. London: Routledge.
- GOMES, Francisco. 2015. Género, identidade e poder: para uma leitura crítica das relações de género em arqueologia. *Conimbriga*, Coimbra, (54):27-44.
- HADLEY, Dawn M. 2008. Warriors, heroes and companions: negotiating masculinity in Viking-Age England. In: CRAWFORD, Sally, HAMEROW, Helena (eds). *Anglo-Saxon studies in archaeology and history*. Oxford: Oxford University Press, pp.270-284.
- HARRISON, Rodney. 2002. Archaeology and the colonial encounter: Kimberley Spearpoints, cultural identity and masculinity in the North of Australia. *Journal of Social Archaeology*, 5(1):49-72
- HAYS-GILPIN, Kelley, WHITLEY, David. 1998. Introduction: gendering the past. In: HAYS-GILPIN, Kelley, WHITLEY, David (eds.). *Reader in gender archaeology*. New York and London: Routledge, pp.3-10.
- HERNÁNDEZ, Míriam L. 2011. La perspectiva de género em arqueología. . In: HÉRNANDEZ, Míriam L., SHADOW, María J. R. (eds.). *Género y sexualidade nel Mexico Antigo*. Puebla, Mexico: Centro de Estudios de Antropología de la Mujer, pp.13-48.
- HEYWOOD, Colin. 2004. *Uma história da infância*. Porto Alegre: Artmed.
- IBARRA, Enah M. F. 2011. Ideales femeninos y masculinos? Um acercamento a la identidad de género de Teotihuacanos Y Mexicas. In: HÉRNANDEZ, Míriam L., SHADOW, María J. R. (eds.). *Género y sexualidade nel Mexico Antigo*. Puebla, Mexico: Centro de Estudios de Antropología de la Mujer, pp.75-97.
- JOYCE, Rosemary A. 2000. *Gender and power in prehispanic Mesoamerica*. Austin: University of Texas Press.
- KNAPP, Arthur Bernard. 1998a. Boys will be boys: masculinist approaches to a gendered archaeology. In: HAYS-GILPIN, Kelley, WHITLEY, David (eds.). *Reader in Gender Archaeology*. New York and London: Routledge, pp.365-373.
- KNAPP, Arthur Bernard. 1998b. Who's came a longway, baby? Masculinist approaches to gendered archaeology. *Archaeological Dialogues*, (5): 91-125.
- LAGO, Bia Corrêa do. 2005. *Os fotógrafos do Império: a fotografia brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara.
- LAURETIS, Teresa. 1986. Feminist Studies/Critical Studies: Issues, terms, and contexts. In: LAURETIS, T. (ed.) *Feminist Studies/ Critical Studies*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, pp.1-19.
- LESICK, Kurtis S. Re-engendering gender. 1997. In: MOORE, Jenny., SCOTT, Eleonor. (ed). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into European archaeology*. London: Leicester University Press. p. 31-41.
- LOURO, Guacira. 1997. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MARDAS, Joanna. 2016. Gender and the archaeology of the Ancient Near East: femininities and masculinities. In: MILEVSKI, Ianir, LEVY, Thomas E. (eds). *Studies in social theory in the archaeology of the Ancient Near East*. San Diego: San Diego University Press.
- MESKELL, Lynn. 1996. The somatisation of archaeology: institutions, discourses, corporeality. *Norwegian Archaeological Review*, 1(29):1-16.
- MESKELL, Lynn. 1998. The irresistible body and the seduction of archaeology. In: MONSTERRAT, D. (ed.). *Changing body, changing meanings: studies of the body in Antiquity*. London: Routledge, pp.139-61.
- MILLER, Daniel. 2003. Artefacts and the meanings of things. In: INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. New York: Routledge.
- MILLER, Daniel. 1987. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell.

- MILLER, Barbara D. (ed). 1993. *Sex and gender hierarchies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOSTAÇO, Edelcio. 2012. Conceitos operativos nos estudos da performance. *Sala Preta*, Brasil, 12(2): 143-153.
- NELSON, Sarah. 2006. Introduction, Archaeological perspectives on gender. In: NELSON, Sarah M. (ed.). *Handbook of gender in archaeology*. New York: Altamira Press, pp.1-27.
- NELSON, Margaret C., NELSON, Sarah, WYLIE, Alison (ed.). 1994. *Equity issues for women in archaeology*. Washington, D.C.: American Anthropological Association.236pp.
- NIEHUES, Mariane R., COSTA, Marli O.2012. Concepções de infância ao longo da história. *Rev. Téc. Científica (IFSC)*, 1(3): 284-289.
- NORDBLADH, Jarl, YATES, Timothy. 1990. This perfect body, this virgin text: between sex and gender in archaeology. In: BAPTY, Ian, YATES, Timothy (eds.). *Archaeology after structuralism*. London: Routledge, pp.222-237.
- OLIVEIRA, Vanilda Maria. 2006. Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás. *Dissertação de Mestrado*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, Departamento de Ciências Sociais. 121pp.
- PASZTORY, Esther. 1976. *The Murals of Tepantitla, Teotihuacan*. New York: Garland Publishing.
- PETERSEN, Alan. 2003. Research on men and masculinities: some implications of recent theory for future work. *Men and Masculinities* 6(1):54-69.
- SCHUTZ, Alfred. 1972. *Fenomenología del mundo social*. Introducción a la sociología comprensiva. Buenos Aires: Paidós.
- SCOTT, J. W. 1986. Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 5 (91):1053-1075.
- SEGATO, Rita L. 1998. Os percursos de gênero na antropologia e para além dela. *Série Antropologia*, UnB, Brasília, 236.
- SHADOW, María J. R., HÉRNANDEZ, Míriam L. 2009. Antropología y arqueología de la sexualidad: premisas teóricas y conceptuales Anthropology and Archaeology of the sexuality: theoretical and conceptual premises. *Coatepec*, Revista da la Facultad de Humanidades y del Centro de Investigación em Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México, 16: 77-89.
- SILVA, Sergio F. S. M. da, CASTRO, Viviane C. de, LIMA, Danúbia Rodrigues de. 2011. Arqueologias do corpo e da sexualidade: possibilidades de estudos sobre morte e gênero na arqueologia brasileira. *Revista Clio*, UFPE, 1.:49-91.
- SMITH, J. C. Gender and the construction of reality.1991.In: WALDE, Dale, WILLOWS, Noreen D.(ed.). *The archaeology of gender: proceedings of the twenty-second annual conference of the Archaeological Association of the University of Calgary*. Calgary: Archaeological Association of the University of Calgary, pp.84-95.
- SOFAER, Joanna. 2006. *The body as material culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOFAER, Joanna (ed). 1994. Perspectives on Children and childhood. *Archaeological Review from Cambridge*, Cambridge, 2 (13):1-6.
- SORENSEN, Marie Louise. 2000.*Gender archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- SORENSEN, Marie L..Gender, things and material culture.2006. In: NELSON, Sarah M. (ed.). *Handbook of gender in archaeology*. Lanham: Altamira Press, pp.105-135.
- TILLEY, Christopher. Objectification.2006. In: TILLEY, Christopher, KEANE, Webb., et alii (eds). *Handbook of material culture*. London: Sage.
- VASQUEZ, Pedro Karp. 2003. *O Brasil na fotografia oitocentista*. São Paulo: Metalivros.
- VOSS, Barbara L. 2000. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. *World Archaeology*, 2(32):180-192.
- VOSS, Barbara. L. 2006. Engendered archaeology: men, women, and others. In: HALL, M., SILLIMAN, S.W. *Historical Archaeology*. Malden: Blackwell, 2006. pp.107-207.